



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE MARÇO DE 1998

Senhor Vice-Presidente da República; Senhor Ministro do Trabalho; Senhores Ministros que estão aqui presentes; Senhor Presidente do BNDES; Senhor Prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi; Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Paulo Pereira da Silva; Senhoras e Senhores,

Eu serei, realmente, brevíssimo, porque as exposições feitas pelo Presidente do BNDES e pelo Ministro do Trabalho foram mais do que suficientes para mostrar a importância do ato aqui firmado e do sentido simbólico que ele tem.

Em termos muito gerais, e o Ministro do Trabalho já o disse, a situação que nós vivemos hoje, no Brasil, e que não é particularmente a do Brasil, é uma situação global, internacional, é de uma profunda transformação na forma de produzir, com consequências diretas sobre o emprego, sobretudo sobre o emprego industrial: um forte crescimento do setor de serviços e uma diminuição relativa da mão-de-obra empregada no setor industrial. E é normal, também, que exista uma diminuição progressiva da mão-de-obra no setor da agricultura, no setor primário.

É de lembrar que, na Europa, houve uma diminuição drástica – no século passado, da primeira onda de industrialização – no número daqueles que estavam no campo, que vieram para as cidades. Houve uma queda muito brusca, e um país como a Inglaterra praticamente acabou com a produção agrícola e passou a se abastecer na Argentina, na Austrália, na Nova Zelândia. Houve uma redução imensa e rápida do setor agrícola – fenômeno que não está ocorrendo no Brasil com a mesma velocidade: embora haja, obviamente, uma diminuição grande da força de trabalho no campo, nós ainda dispomos, no campo, de cerca de 20% da população economicamente ativa.

Só agora, mais recentemente, é que nós estamos sentindo os efeitos, aí já não é da primeira onda de industrialização, é da passagem da segunda para a terceira; estamos sentindo os efeitos da diminuição da oferta de emprego no setor industrial, porque, até há bem pouco tempo, o sintoma de crescimento do emprego se dava exatamente no setor industrial, que era o que estava ampliando os postos de trabalho. Neste momento, se nós estamos com a modernização da sociedade, amplia-se o setor de serviços e, relativamente, restringe-se a oferta de mão-de-obra ou de postos de trabalho para mão-de-obra industrial.

Bem, isso tem efeitos, como nós estamos vendo aqui. Ademais, aqui no Brasil nós também temos um deslocamento do setor produtivo. As zonas de antiga industrialização, como, sobretudo, São Paulo, a Grande São Paulo, vão dar lugar, agora, a um certo esvaziamento em benefício, relativo, naturalmente, de outras áreas, como o Nordeste – Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte –, com indústrias têxteis, indústrias de calçados, agora talvez até indústrias siderúrgicas. E há novos pólos de industrialização, como em Minas Gêrias, obviamente, já de algum tempo, mas que estão se ampliando. E, agora, o que foi dito aqui pelo Presidente do BNDES sobre Curitiba – ou, mais que Curitiba –, São José dos Pinhais e toda a região próxima, que estão se transformando num pólo de desenvolvimento industrial na base da indústria de automóveis. O mesmo vai ocorrer, em poucos meses mais, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Então, nós temos um deslocamento da oferta de postos de emprego na área industrial. Isso promove, também, uma situação difícil para as áreas de antiga ocupação industrial, como as áreas metropolitanas, sobretudo a área metropolitana da Grande São Paulo. Isso tem muitas conseqüências. Evidentemente, o Brasil todo acompanha, e a imprensa com mais nervosidade ainda, os níveis de emprego. Na verdade, o nível de emprego está aumentando, quer dizer, a oferta de emprego tem crescido incessantemente, e cresceu mais depressa com o Plano Real. Não obstante, os índices de desemprego também mostram uma certa oscilação negativa. Não é geral. Por exemplo, no Rio de Janeiro, o último índice que eu vi – o Ministro me corrigirá – é por volta de 3,6%, de dezembro do ano passado.

Isso, num país em desenvolvimento, corresponde ao pleno emprego. No Rio de Janeiro, certamente, se se perguntar à população qual é o seu principal problema, ela vai dizer: é o emprego. Por quê? Porque está vendo o que acontece noutras áreas, no mundo e no Brasil, e porque a natureza do emprego mudou. O emprego estável, fixo deixou de ter tanto peso quanto o emprego no setor mais informal, às vezes precário, às vezes não, mas com menos garantia. Isso dá a sensação de uma certa angústia, que é compreensível, mesmo nas regiões, como eu citei, como o Rio de Janeiro, onde nós estamos vivendo uma situação de pleno emprego, praticamente; ou em Porto Alegre, onde houve redução do desemprego nos últimos tempos.

Nós vamos ter que conviver algum período com essa fase de transição. Por quê? Porque, apesar de, como eu disse, nós estarmos com o nível de emprego crescendo, ou seja, há mais postos de trabalho, crescentemente, a população economicamente ativa está crescendo mais depressa. A população brasileira – e não posso dizer isso perto do Ministro Paulo Paiva, porque ele é demógrafo, vai me corrigir –, a população brasileira hoje cresce a uma taxa de 1,3%, 1,4%. Há 20 anos, era próxima de 3% ao ano. Só que as pessoas nasceram há 20 anos. Os que têm, hoje, 20 anos nasceram quando havia uma grande expansão. Nasceram muitos. Então, a cada ano se incorpora à população economicamente ativa, em idade de trabalhar, o dobro, em termos de taxa, da taxa

geral de crescimento demográfico. Se a taxa de crescimento é de 1.3%, a oferta de mão-de-obra é de 2.7%.

Vê-se, portanto, que 2,7% ao ano é uma massa considerável. A população economicamente ativa do Brasil deve ser, mais ou menos, de 70 milhões de pessoas. Façam o cálculo rapidamente aí: vai dar quase 2 milhões de pessoas. E nós temos que crescer para manter o mesmo nível. Esse é o nosso desafio.

Esse desafio, claro, nós temos que enfrentar com firmeza, com determinação, com solidariedade para com os setores que estão sendo alcançados, mas não numa posição de desespero, e muito menos de inércia. O último relatório, que não li ainda, mas vi publicado — o Ministro Kandir participou em Cartagena, na semana passado, da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento —, mostra que a tendência, no Brasil, é de uma taxa de desemprego decrescente no decorrer da década. Por quê? Pela razão que eu acabei de dizer. Porque a oferta de mão-de-obra, a cada ano, vai diminuir, porque está diminuindo a taxa de crescimento da população, e, portanto, esses 2.7% vão diminuindo progressivamente, até alcançar a mesma taxa de crescimento da população, daqui a uns 10 ou 15 anos. E a taxa de crescimento da população, por volta do ano 2014, 2015, vai ser a mera reposição, não haverá crescimento de população.

É preciso, portanto, que se entenda o panorama para que se possa, em perspectiva, saber o que está acontecendo, o que fazer, e não ficarmos todos, aqui, nervosamente inertes. Há o que fazer, há condições, nós vamos avançar, vamos continuar oferecendo mais empregos. Isso depende da taxa de investimento. A taxa do investimento — no último dado que vi; creio que não foi na *Conjuntura Econômica* —, que há 5 ou 6 anos é de 13% do PIB, já chegou a 19,5% do PIB, o que é um avanço considerável. Nós vamos ter que avançar mais, porque, em épocas históricas, nós chegamos a 23%, 24%. Vamos chegar a esse nível.

Portanto, nós vamos oferecer cada vez mais emprego. Enquanto isso não ocorre, e mesmo que isso venha a ocorrer pelas mudanças estruturais que eu mencionei e que o Ministro mencionou também, o Ministro Paulo Paiva, o que é que vai acontecer? Nós vamos continuar tendo bolsões a serem atendidos.

É fundamental a decisão do BNDES de se transformar, progressivamente, num banco que atende à exportação, que dá financiamento para médios e pequenos empresários, e tem que dá-lo crescentemente; e, agora, que se preocupa com as áreas sociais, para fazer jus ao S do seu nome, que era antes BNDE, virou BNDES. Mas agora está começando, realmente, a utilizar o S. E aqui é uma dupla ação: por um lado, é o Banco que passa a ter recursos para a área social; por outro lado, e o Ministro Paulo Paiva o mostrou, é uma articulação crescente entre programas de governo e entre níveis de atuação: administração municipal, estadual, federal e a sociedade civil. Esse programa é isso.

Até, simbolicamente, num outro programa – está aqui um presidente de um sindicato –, tive, realmente, o prazer de visitar os cursos do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo, que são feitos com recursos do FAT, não é verdade? O Sindicato participa desse esforço. Não é só em Curitiba. Lá em Teresina, também, nós temos um programa, eu creio que se chama Vila Bairro, com a mesma característica de integração, integração de níveis de administração, integração entre os programas e integração entre o governo e a sociedade. Nós vamos ter que multiplicar esses programas e vamos ter que dar mais eficiência a eles. Por eficiência eu entendo a capacidade de atingir quem necessita.

Quantas vezes se abrem linhas de crédito e essas linhas de crédito não chegam aos que necessitam. Quantas vezes nós temos insistindo nisso. E não chegam porque nós não temos as estruturas e nem a mentalidade. Nós não temos as estruturas para atender ao pequeno. Essa é a mudança na qual nós estamos insistindo. Ainda ontem, na questão da saúde, eu mencionava esse fato. Nós temos que mudar a mentalidade, e mudar neste momento, porque nós temos, efetivamente, por razões conjunturais, além das questões estruturais aqui mencionadas, a questão da taxa de juros, a questão da crise da Ásia, a necessidade que o governo teve de agir energicamente. Nós também temos que agir energeticamente para fazer com que aqueles que foram atingidos negativamente por essas medidas, seja na área do emprego, seja na área do financiamento do seu setor de produção, seja no seu capital de giro, encontrem algum mecanismo de apoio e de sustentação.

Tenho certeza de que esse repto tanto o BNDES quanto o Banco do Nordeste quanto o Banco do Brasil estão enfrentando e vão enfrentar com maior velocidade e maior dedicação e mais competência ainda. É a primeira vez, talvez, na história do Brasil, que o BNDES deixa de se ocupar só dos grandes. E, ao mesmo tempo em que se ocupa daquilo que há de mais moderno, que é exportação, competitividade, etc., se preocupa, também, com os bolsões de pobreza e trata de fazer os elos necessários para que o Brasil não continue sendo uma sociedade tão desigual e tão injusta.

Esse é o sentido desses programas e essa é a razão pela qual esse programa se assina, solenemente, na Presidência da República. É porque ele tem um significado simbólico, ele mostra que existe um esforço conjunto e que esse esforço é um esforço baseado, não na demagogia, mas numa compreensão do processo econômico e social brasileiro; e se sabe que chegou a hora de multiplicar esses esforços, chegou a hora de cobrar, também, a solidariedade dos vários níveis da sociedade. Porque a coisa mais fácil que há é dizer: "A culpa é..." A culpa não é de ninguém: é de todos ou não é de ninguém. Temos que deixar de pensar em termos de culpa. Temos que pensar em termos de ação efetiva para mudar a ordem das coisas. Não se muda de um dia para o outro; mas, com persistência, se muda.

Aqui, hoje, nós assistimos a mais um passo na direção dessa grande mudança pela qual tenho certeza de que o Brasil está passando e tenho certeza de que vai ser vitorioso nas transformações.

Muito obrigado aos senhores.